

Produtividade, Crescimento Industrial e Exportações de Manufaturados no Brasil: Desempenho e Competitividade

Regis Bonelli

O aumento de produtividade é não só a única forma de elevar o padrão de vida de uma dada população, mas também um dos principais meios de aumentar a competitividade de uma economia, tanto interna quanto externamente. É importante, neste sentido, analisar a evolução da produtividade da indústria brasileira. É possível afirmar-se, além disso, que os movimentos de produtividade são estreitamente associados às variações de longo prazo das taxas de crescimento industrial. Uma questão importante é se a desaceleração dos ganhos de produtividade desde meados dos anos 70 resulta de fatores macroeconômicos, das estratégias de desenvolvimento adotadas no Brasil ou tem origem em tendências tecnológicas operando em escala global.

A melhora observada nos níveis de produtividade após 1990, depois de vários anos de quase estagnação, pode estar significando várias coisas, dentre as quais se destacam: (i) uma reestruturação industrial como resultado do ajuste à liberalização comercial em curso, conforme sugerido por determinados fatos estilizados; (ii) perdas de postos de trabalho sem contrapartida em melhorias técnicas — isto é, algo como um *jobless growth*, fenômeno que tem acompanhado diversas fases de saída da recessão tanto no Brasil quanto no exterior.

A análise de fatos estilizados extraídos da teoria do desenvolvimento sugere que tanto o processo de liberalização das importações quanto a elevação da competitividade das exportações que pode ser alcançada pelo aumento da produtividade tendem a agir como meios para aumentar a competitividade do sistema industrial. Isso sublinha a importância de estudar-se a interface entre orientação exportadora e variações na produtividade e nos remete à relação entre desempenho exportador e ganhos de produtividade.

A expansão das exportações brasileiras foi forte-

mente concentrada nos manufaturados entre meados dos anos 60 e começo dos 80. A partir daí as exportações industriais aumentaram apenas marginalmente sua participação no total — resultado que foi possível devido à expansão das exportações ter sido fortemente concentrada em alguns poucos anos (1981, 1983-84 e 1987-88), aparentemente como resultado de políticas macroeconômicas recessivas (primeira metade dos anos 80) por vezes acompanhadas de desvalorizações sustentadas da taxa de câmbio real.

De modo coerente com isso, a evolução dos custos unitários da mão-de-obra revela uma tendência de crescimento quase contínua no longo prazo como resultado, principalmente, de movimentos cambiais. Os ganhos de produtividade nos anos 80 foram modestos, se é que existiram, ao contrário dos aumentos nos anos 70. Além disso, a análise do índice de custos unitários relativos da mão-de-obra sugere que as exportações brasileiras perderam competitividade entre meados dos anos 80 e 1989 de uma forma sem precedentes: a competitividade nesses anos foi influenciada pelo desempenho macroeconômico (recessão doméstica e variações no câmbio real), em vez de por variações da produtividade.

Um fato interessante, neste contexto, é que o *quantum* exportado aparentemente não diminuiu muito com essa perda de competitividade, exceto em momentos muito específicos. Diversos fatores podem ser citados para explicar isso. Em particular, as variações de produtividade e competitividade no interior do setor industrial.

Tanto trabalhos teóricos quanto fatos estilizados baseados na experiência de diversos países sugerem algumas associações entre essas variáveis: (i) a expansão do mercado devida ao comércio aumenta o produto e a produtividade, acarretando reduções de custo e maior penetração em mercados externos, de acordo com um mecanismo que

se auto-alimenta; assim, a orientação exportadora está relacionada a ganhos de eficiência devidos à especialização e aos ganhos de escala; (ii) a exposição à competição internacional força os produtores domésticos a melhorarem seus níveis de eficiência e produtividade, levando à redução de custos; (iii) os efeitos das políticas comerciais podem ser diretos (aumento na competição e eficiência dos recursos usados) ou indiretos (aumento na utilização de capacidade, nos investimentos que incorporam novas tecnologias e nos ganhos de habilidade da mão de obra). É importante que sejam exploradas as implicações empíricas dessas hipóteses. Isso requer, inicialmente, uma medição das variações de produtividade.

Como se sabe, uma forte desaceleração do crescimento da produção caracteriza praticamente todas as indústrias brasileiras após 1986: a taxa média de crescimento da Indústria de Transformação no quinquênio 1987-91 é de - 2,40% ao ano. Como resultado, as taxas de absorção de mão-de-obra também foram negativas, sendo as variações defasadas no tempo em relação às da produção. O emprego nas indústrias manufatureiras decresceu em média a 4,25% ao ano no período assinalado, sendo esta estimativa muito influenciada pela recessão de 1990-91. O resultado desses desenvolvimentos foi um ganho de apenas cerca 0,25% ao ano da produtividade total entre 1985 e 1991, estimativa fortemente devida à taxa estimada para 1991 (1,57%). Apesar de pequeno, o crescimento da produtividade total foi em média positivo para a maior parte das indústrias. Além disso, a produtividade total dos fatores representou uma parcela ponderável da taxa de crescimento em diversas indústrias.

As indústrias que se caracterizaram por taxas de crescimento da produtividade mais elevadas foram as mesmas que experimentaram as mais altas taxas de crescimento da produção e das exportações. A análise em níveis industriais desagregados sugere que: (i) aproximadamente 50% da variação interindustrial de produtividade da mão-de-obra são explicado pela relação capital-trabalho; (ii) o crescimento da produção está estreitamente associado ao da produtividade do

trabalho; (iii) a participação relativa das exportações nas vendas totais é positivamente associada com a taxa de crescimento da produtividade da mão-de-obra; (iv) idem, com o nível da produtividade.

É possível concluir, portanto, que existe uma relação positiva entre a orientação exportadora e o nível e taxa de crescimento da produtividade do trabalho no período examinado. Adicionalmente, uma vez que o crescimento do produto está relacionado à taxa de crescimento da produtividade, conclui-se que a orientação exportadora é positivamente associada com a taxa de crescimento da produção industrial. Assinale-se, no entanto, que a direção de causalidade não é fácil de estabelecer e nem sequer se o vínculo é direto ou indireto.

Uma interpretação possível é a de que as exportações de manufaturas dependem de um complexo conjunto de variáveis que afetam sua competitividade: taxas de câmbio reais, incentivos e subsídios, o estado da demanda doméstica e internacional e, finalmente, variações de produtividade. Esta, por sua vez, depende crucialmente dos níveis de investimento industrial. Como os gastos de investimento são negativamente influenciados pela existência de capacidade ociosa (a qual é determinada pelo estado das demandas doméstica e internacional), as exportações são também influenciadas pelo crescimento da produção. Isso explica a vinculação encontrada no trabalho entre grau de orientação para o exterior e crescimento da produção — um resultado algo surpreendente se se leva em conta que aumentos na utilização de capacidade são negativamente associados com o crescimento das exportações, conforme atestado por inúmeros estudos. O fato de obter-se uma associação positiva entre crescimento das exportações e da produção indica que a produtividade da mão-de-obra, operando pela via dos aumentos do investimento bruto, é um dos determinantes do crescimento das exportações — sem desconsiderar a importância de outras variáveis, tais como, por exemplo, a orientação exportadora de empresas transnacionais relativamente às nacionais e a estrutura de mercado em que operam.